



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social: o trabalho profissional de assistentes sociais

**A Atualidade da Tese do Sincretismo no Serviço Social: reflexões
para romper com o anel de ferro**

Joelcio Jackson Lima Silva¹

Resumo: Este ensaio tem como questão analisar se a tese de Netto (2011), sobre o sincretismo no Serviço Social ainda é válida na atualidade, visto que ela se refere ao período histórico das origens da profissão, de 1930 a 1960. Essa indagação surge a partir da crítica feita por Iamamoto (2010), em um debate contemporâneo sobre o Serviço Social, onde a autora aponta algumas lacunas na tese. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica tendo como parâmetro uma perspectiva histórico-crítica sobre o Serviço Social. Entendeu-se que as lacunas apontadas não invalidam a tese, mas são necessárias outras mediações para compreender o sincretismo na atualidade.

Palavras-chave: Sincretismo; Serviço Social; Atualidade.

Abstract: This essay aims to analyze whether Netto's (2011) thesis about syncretism in Social Work is still valid today, as it refers to the historical period of the profession's origins, from 1930 to 1960. This question arises from the criticism made by Iamamoto (2010), in a contemporary debate on Social Work, where the author points out some gaps in this thesis. A bibliographical research was used with a historical-critical perspective on Social Work as a parameter. We understand that the gaps highlighted do not invalidate the thesis, but other mediations are necessary to understand syncretism today.

Keywords: Syncretism; Social service; Present.

1. Introdução

Existem distintas perspectivas sobre o tripé origens (gênese) do Serviço Social, legitimação da profissão e política social, essas podem ser classificadas em duas grandes teses opostas e excludentes. Embasada na perspectiva endogenista, a primeira tese entende o Serviço Social como uma evolução, organização e/ou profissionalização da caridade e da filantropia, tese marcada pela ausência da crítica e da historicidade. Quanto à legitimidade, a primeira tese entende que o Serviço Social se radica na especificidade de sua prática profissional. A ausência da crítica também encaminha essa tese para a compreensão equivocada de que as políticas sociais são apenas ações que procuram diminuir as “naturais” desigualdades sociais (Montaño, 2011).

¹ Assistente Social, mestrando em Serviço Social pelo PPGSS/UFAL. E-mail: joelcio.jackson@gmail.com.



A segunda tese, embasada na perspectiva histórico-crítica, entende o Serviço Social como:

[...] a síntese dos projetos político-econômicos que operam o desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração da classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (Montaño, 2011, p. 30).

Esta tese destaca as/os assistentes sociais no desempenho de papel claramente político, explicado pela posição ocupada na divisão sociotécnica do trabalho. Sendo assim, o Serviço Social é legitimado oficialmente pelo papel que cumpre na e para a ordem burguesa e para seu principal empregador, o Estado capitalista. Também, investigando os aspectos político-econômicos das políticas sociais, entende-se a origem do Serviço Social vinculada a um projeto onde estes profissionais assumem inicialmente o papel de executores terminais das políticas sociais. José Paulo Netto é um dos primeiros e principais intelectuais que contribuíram com essa tese, teve sua primeira grande contribuição com o lançamento de um livro na década de 1990, referente à primeira parte de sua tese de doutoramento: “Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (Montaño, 2011).

No livro mencionada, Netto (2011), reforça que em teses anteriores já se identificava o vínculo do Serviço Social com a “questão social”, mas não parecia consolidada a compreensão de que este não deriva automaticamente das mazelas da ordem burguesa, que se intensificaram com o binômio industrialização/urbanização, estando de fato relacionada às particularidades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopolista. A dinâmica de concentração e centralização, própria do capitalismo maduro, necessita da criação de mecanismos de intervenção extraeconômica. Diante dessa necessidade, o Estado, que já tinha um caráter intervencionista, muda funcional e estruturalmente para atender a maximização dos lucros, deixando de lado a intervenção emergencial, episódica e pontual, passando a atuar como administrador dos ciclos de crise, tendo sua função política imbricada a uma função econômica.

No capitalismo concorrencial, o Estado respondia básica e coercitivamente as lutas das massas exploradas; já no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuo da força de trabalho ocupada e excedente é uma função estatal de primeira ordem. Nesse ponto há a fundição das funções econômicas e políticas do Estado, pois para ser “comitê executivo” da burguesia monopolista, este deve se legitimar politicamente, incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento e a legitimação sócio-política ocorre mediante generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais permitindo um consenso que assegura seu desempenho. A dinâmica e as contradições do capitalismo monopolista fazem com que o Estado seja permeável pelas demandas das



classes subalternas, possibilitando incidir nele seus interesses e suas reivindicações (Netto, 2011).

São nessas condições que as sequelas da “questão social” se tornaram objeto de intervenção sistemática do Estado e foi com o jogo de forças políticas da luta de classes que a “questão social” se tornou alvo das políticas sociais. Porém, essa intervenção ocorre de forma fragmentada e particularizada, pois tomar a “questão social” em sua totalidade significa desvelar a contradição capital/trabalho. A funcionalidade das políticas sociais não é naturalmente ligada à ordem burguesa, há possibilidades que dependem da organização da classe trabalhadora, pois a dinâmica das políticas sociais é em si complexa e contraditória, tornando-as um campo em disputa (Netto, 2011).

Foi somente em meio a esse caudal que se possibilitou a emergência do Serviço Social como profissão e é somente considerando-o que é possível uma análise histórico-crítica do Serviço Social. Há uma debilidade na apreensão sobre o fundamento que legitima a profissionalidade do Serviço Social, desfoca-se a legitimação profissional para um embasamento teórico, quando, na realidade, o efetivo fundamento profissional do Serviço Social é: “[...] a criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho” (Netto, 2011, p. 70).

Há uma relação de continuidade enviesado entre Serviço Social e as formas filantrópicas e assistenciais, pois a constituição de um tal agente começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes e as formas institucionais vinculadas, mas esse reducionismo não contribui para a compreensão da profissão. Neste processo existe uma relação de ruptura, que “[...] se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está por uma lógica e uma estratégia objetiva que independem da sua intencionalidade” (Netto, 2011, p. 71). Os agentes passam a se inscrever em uma relação de assalariamento e o significado social do seu fazer, passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: “[...] é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes [...]” (Netto, 2011, p. 72).

Conforme Netto (2011), é importante ressaltar no processo de profissionalização, que:

[...] em primeiro lugar ele não se ergue como um projeto sócio-político particular, mas como uma articulação composta de restauração e conservantismo que, condensada especialmente no campo da imantação ideológica da Igreja católica, é capturado e instrumentalizado pelo projeto conservador (este sim, sócio-político e de classe) burguês; nesta captura e integração, que não ocorre sem tensões, ele caminha para laicização – e eis que vai interagir com outros projetos sócio-políticos,



principalmente com o novo reformismo burguês de estratos médios [...] (Netto, 2011, p. 78).

Esse processo tem as marcas de uma valorização da dimensão teórico-cultural em detrimento da dimensão histórico-social, amparado em uma perspectiva de que o estatuto profissional depende do fundamento científico e que essa maturidade científica contribuiria para a profissionalização do Serviço Social e superação das protoformas. É possível identificar essa perspectiva quando se analisa, na história da profissão, o vínculo com determinadas teorias e ciências, que por exemplo deram base para o surgimento do Serviço Social de Caso e o Desenvolvimento de Comunidade (Netto, 2011).

Essa perspectiva citada é tida por Netto (2011, p. 88), como um ilusionismo ideológico, pois o aspecto central da intervenção profissional institucional “[...] não é uma variável dependente do sistema de saber em que se ancora ou de que deriva; é o das respostas com que contempla demandas histórico-sociais determinadas”, ou seja, antes do estatuto profissional ser explicado por meio de uma teoria, deve-se recorrer ao dinamismo histórico-social. Ainda conforme o autor, esse dinamismo é um duplo dinamismo, pois abarca as demandas que lhe são socialmente colocadas e as próprias demandas teórico e prático-social da profissão.

É entre essas dinâmicas, com a profissionalização e com a aproximação das/dos assistentes sociais a diferentes projetos sócio-políticos, que se desenvolveu a investigação sobre uma estrutura sincrética do Serviço Social. Esta tese do sincretismo foi escrita em análise ao período histórico das origens da profissão (1930 a 1960), e o seu autor não retomou diretamente a análise em nenhuma outra obra. Esta tese foi criticada por Yamamoto (2010), em um debate contemporâneo sobre o Serviço Social, onde a autora aponta que existem algumas lacunas, o que incita ao questionamento sobre a atualidade desta e a superação das lacunas apontadas pela autora. Para responder essa questão, organizou-se metodologicamente uma exposição da tese, seguida de sua crítica e de considerações sobre a sua validade na atualidade.

2. A estrutura sincrética do Serviço Social

Para Netto (2011), o ilusionismo ideológico não está só no conservadorismo, pois tem raízes mais profundas na natureza sócio-profissional do Serviço Social. O exercício prático-profissional do Serviço Social é modularmente sincrético.

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um elemento constitutivo do Serviço Social (Netto, 2011, p. 92).



Existem três fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: 1) o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais; 2) o horizonte do seu exercício profissional; e 3) sua modalidade específica de intervenção (Netto, 2011).

O primeiro fundamento refere-se a “questão social”, inerente a sociedade capitalista e de natureza difusa, polifórmica e polifacética. Desde o capitalismo concorrencial a “questão social” já se apresentava com essa natureza e como uma multiplicidade problemática, porém, é no capitalismo monopolista que essa multiplicidade se torna infundável e indissociável como um caleidoscópio. Essa característica torna impossível o recorte de qualquer segmento da vida social, fazendo com que a abstração seja norteadora para os procedimentos burocráticos-administrativos de recorte da problemática e institucionalização das intervenções preventivas/corretivas (políticas sociais). Isso significa que os modelos formal-abstratos usados nos espaços profissionais esbarram nos limites dos serviços e não dão conta da totalidade, sendo necessário o encaminhamento para outras instâncias. A própria problemática que demanda a intervenção do Serviço Social se apresenta de forma sincrética, pois deixa-se de lado a totalidade social, categoria central ontológica da realidade (Netto, 2011; Maranhão, 2016).

Tem-se o cotidiano enquanto horizonte da intervenção profissional. Esse cotidiano tem como determinações fundamentais a heterogeneidade, a imediatez e a superficialidade, relacionando-se com a reprodução das relações sociais, na qual diversas profissões foram criadas ou refuncionalizadas para atuar com encaminhamentos técnicos e ideológicos, como uma manipulação planejada para a organização do cotidiano e manutenção do *status quo*. Nesse caso, o sincretismo da “questão social” une-se perfeitamente às condições da intervenção profissional, criando um terreno fértil para as práticas pragmáticas e burocráticas, que reproduzem o ambiente institucional (Netto, 2011; Maranhão, 2016).

Quanto à modalidade específica de intervenção, esta é cobrada por ser reordenadora de práticas e condutas cotidianas. A intervenção acaba baseada na manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado, como um tratamento, que quando não oferece resultados empíricos é julgado como inconcluso. Há uma saturação das ações executivas do Serviço Social e na busca por uma base para o “conhecimento do social” recai-se em práticas empiricistas e pragmáticas e em ecletismos teóricos (Netto, 2011; Maranhão, 2016).

Para Netto (2011), embora exista a distinção entre o Serviço Social profissionalizado e suas protoformas, alterou-se de modo significativo a inserção sócio-ocupacional do assistente social, mas não houve mudança na estrutura da prática profissional interventiva



em comparação com a prática filantrópica. Criou-se um novo ator, mas sem desenvolver uma operacionalização prática substantivamente distinta em relação ao ator anterior. Isso se explicaria pela necessidade da mesma validação das práticas assistencialistas, a manipulação das variáveis empíricas na reprodução do cotidiano. Indaga-se:

Como uma intervenção, idealmente referenciada por um sistema de saber e enquadrada numa rede institucional, revela-se factualmente pouco discriminada e particularizada em face de intervenções cujo referencial é nebuloso e cuja inserção institucional é aleatória? (Netto, 2011, p. 100).

Netto (2011), afirma que para responder essas perguntas é necessário compreender as condições para a intervenção sobre os fenômenos sociais na sociedade burguesa consolidada e madura. Estas condições têm como recurso as micro intervenções formal-abstratas para resolver a aparente problemática, acabando por não superar a imediaticidade. Também é necessário compreender a funcionalidade do Estado no enfrentamento as refrações da “questão social”, pois além do consenso, este também restitui sobre bases ampliadas as refrações da “questão social”, mas sob hegemonia da burguesia, nunca promoverá a sua erradicação. Percebe-se que não é um problema endógeno do Serviço Social, mas se apresenta como se fosse endógeno quando a sua funcionalidade sócio-profissional é explicitada no tratamento das refrações da “questão social”. O autor considera que para o Serviço Social:

[...] o máximo que se obtém com o seu desempenho profissional é uma racionalização dos recursos e esforços dirigidos para o enfrentamento das refrações da “questão social”. Cria-se, então, o **anel de ferro** que aprisiona a profissão: cortando com as práticas das suas protoformas, não se legitima socialmente por resultantes muito diversas. A sua prática, orientada por um sistema de saber e inserida institucionalmente no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho, não vai muito além de prática sem esses atributos (Netto, 2011, p. 103, grifos nosso).

É em meio a esse engodo que surgem as crises de “identidade” do Serviço Social e sobre a especificidade profissional, o “anel de ferro” torna-se mais constrangedor e a polivalência aparece como uma forma de “valorização” da profissão. Essa polivalência expressa o sincretismo envolvido na prática do Serviço Social (Netto, 2011).

Na história do Serviço Social há um sincretismo ideológico, que embora presente desde a profissionalização foi um dos aspectos identificados por Netto (2011), como pouco analisado. Das protoformas à profissionalização é possível identificar duas linhas da história ideológica do Serviço Social: 1ª) europeia, com uma herança marcada pelas experiências revolucionárias, a presença de uma cultura social restauradora e o peso da tradição católica; e 2ª) norte-americana, sem experiências revolucionárias de peso, com um vigoroso desenvolvimento capitalista e um fervor evangélico que buscou refletir sobre a ordem social.

O Serviço Social sob influência de ambas as linhas histórico-ideológicas tem a sua subsunção ao *ethos* burguês ou identificação da sua função na ordem capitalista. Historicamente a primeira influência vai se alinhar a um projeto burguês antidemocrático,



direitista e com uma vertente de um catolicismo social (anticapitalista romântico), já a segunda vai se alinhar ao “espírito do capitalismo” e uma filantropia influenciada pelo individualismo liberal. Com a subsunção, a influência de ambas as linhas histórico-ideológicas se confunde nas suas interações, entre movimentos de rupturas e continuidades, pois as linhas histórico-ideológicas são em si sincréticas e juntas fazem parte da perspectiva teórico-cultural do pensamento conservador, com seu **positivismo**, **pragmatismo** e **empiricismo**. Levando ao equívoco da compreensão de que assistentes sociais são agentes técnicos da mudança, desvinculados da ordem burguesa e mais próximos(as) aos ideais do bem comum (Netto, 2011).

A estrutura sincrética também se ancora em um sistema de saber que embasa, enforma e legitima sua prática. Entre as possibilidades de conhecer de forma teórico-científico o ser social, o Serviço Social se filia como um subproduto das ciências sociais em consolidação. Estas, embasadas em uma concepção positiva (positivismo e neopositivismo) para interpretação da sociedade, tem valores meramente instrumentais e recaem em uma hipertrofia do **ecletismo teórico**, pois se utilizavam de abstrações para compreender os problemas de pesquisa, tornando-os passíveis de serem tratados por lógicas e instrumentos heurísticos que colidem entre si. A subalternidade técnica do Serviço Social desemboca em uma marginalidade teórica, que não vinculava a profissão a produção dos saberes especializados das ciências sociais, apenas como receptora de seus produtos. Estes produtos, foram marcados por uma reacionária visão do sistema de divisão social do trabalho e uma peculiar teorização sobre o normal e o patológico na vida social (Netto, 2011).

[...] o resultante é: a) o tônus do Serviço Social tendia a ser heteronômico, isto é, tendia ser dinamizado a partir da valoração “científico”-acadêmica variável desfrutada num momento dado por uma ou outra ciência social ou uma de suas correntes. b) a verificação da validade dos subsídios tendeu a desaparecer do horizonte profissional do assistente social – já que prévia e supostamente realizada no sistema de saber de origem –, donde uma escassa atenção à pesquisa e à investigação (e as escassas predisposição e formação para tanto). A outra consequência deletéria foi a consolidação do pratíssimo na intervenção do profissional [...]; tacitamente, o caráter “aplicado” da intervenção profissional passou a equivaler ao cancelamento da inquietação em face dos produtos das ciências sociais (Netto, 2011, p. 146).

Diante da realidade profissional, percebeu-se a insuficiência em ser um receptáculo e a necessidade de desprender esforços para erigir um saber específico. No entanto, se constrói um sistema de saber de segundo grau, que tem o ecletismo como expressão do sincretismo. Netto (2011, p. 149), em suas considerações sintetiza que: “[...] o Serviço Social não se instaurará como núcleo produtor teórico específico – permanecerá profissão, e seu objeto será um complexo heteróclito de situações que demandam intervenções sobre variáveis empíricas [...]”.



Maranhão (2016), reforça a atualidade da tese quando afirma que atualmente ainda se vive uma peleja teórica e histórica. Para o autor, vinculado a uma perspectiva de defesa desta tese, a aproximação inicial do Serviço Social com a tradição marxista não resolveu a necessidade de construção de uma prática profissional crítica. O autor reforça a compreensão de Netto (2011), afirmando que não é possível uma ruptura definitiva com a estrutura sincrética da profissão, pois esta estrutura está ontologicamente conectada à prática profissional, o que se busca é uma perspectiva crítico-dialética como mediação para uma prática vinculada a construção de um projeto societário realmente emancipador.

3. Crítica ao sincretismo e a prática indiferenciada

Iamamoto (2010), reconhece a contribuição de Netto para o Serviço Social e afirma que ambos seguem a mesma perspectiva, o que não os isenta dos dissensos. Para a autora, a teoria social de Marx, não foi construída exclusivamente com base na aparência mistificadora (fetichizada/reificada/coisificada) com qual se apresenta os processos sociais, antes foi explicada a sua gênese, o que permitiu desvelar o que está por trás da aparência coisificada. Na crítica a tese do sincretismo, aponta-se que a primeira questão é de ordem teórico-metodológica, referente ao procedimento utilizado por Netto (2011), que indica a natureza de uma especialização do trabalho a partir da aparência, sem decifrar a sua natureza sócio-histórica efetiva, tornando a tese parcial e inconclusa.

Conflui-se a compreensão de que a cotidianidade é uma categoria insuprimível da vida social e que mesmo não negando-a, a ação coletiva ou a *práxis* libertadora conduz a suspensão do cotidiano durante o momento revolucionário. A política é então, uma ação coletiva que pode proporcionar um momento catártico, na transformação de classe em si (passividade) em classe para si. A autora aponta que, na análise de Netto (2011) sobre a estrutura sincrética a política foi apagada, levando ao entendimento da alienação enquanto um estado e menos como um processo que comporta contratendências. A ruptura com a passividade implicaria exclusivamente na introdução de uma outra racionalidade comportamental, com isso, fecha-se o ciclo da análise alimentando o fatalismo, “[...] pois não permite vislumbrar nem a presença dos movimentos revolucionários na história e nem horizontes de ruptura da passividade [...]” (Iamamoto, 2010, p. 271).

Quanto a aparência indiferenciada que se reveste a prática profissional, pela manutenção da estrutura da prática interventiva similar às protoformas, há o obscurecimento das determinações sócio-históricas das respostas profissionais e suas distintas possibilidades. A afirmação da prática indiferenciada é explicada por dois vetores: as condições para intervenção profissional marcadas pela positividade e a funcionalidade do



Estado sob hegemonia burguesa no enfrentamento às refrações da “questão social”. Sobre esse último explica-se a incapacidade de por meio das políticas sociais resolver a “questão social”, constituindo um dos aspectos do “anel de ferro” que aprisiona a profissão (Iamamoto, 2010). A autora indaga:

Qual a especificidade da profissionalização, que se mostra, na fenomenalidade, como inespecificidade operatória? O leitor fica sem resposta. Trata-se, de fato, de uma aparência ou essa é a tese efetivamente sustentada quanto à particularidade profissional – sua não-especificidade operatória que se traduz no caráter sincrético da prática indiferenciada – já que não consta, no texto, qualquer outra tese para confrontá-la? A especificidade da prática do assistente social é sua inespecificidade operatória? [...] (Iamamoto, 2010, p. 275).

Para Iamamoto (2010), existe uma discrepância entre a tese do sincretismo e o texto de Netto (1996) sobre as transformações societárias. A autora considera o texto como pioneiro no debate sobre projetos profissionais e projetos societários, apresentando uma inflexão no tratamento da prática profissional, que se defrontam com a afirmação de que o sincretismo é indissociável da profissão, pois é determinante indissociável do ordenamento social sob égide do capital.

[...] o trabalho do assistente social, ainda que dotado de relativa autonomia na sua condução, realiza-se profissionalmente pela mediação do mercado de trabalho, ou seja, da relação com empregadores de distinta natureza, que compram essa força de trabalho por determinado tempo. O trabalho realizado por meio dessa relação está sujeito ao constrangimento da alienação, não podendo se conformar inteiramente com um “trabalho criativo”, porque vulnerável às ingerências do poder institucional na sua efetivação. Assim, as ações profissionais, enquanto respostas às manifestações da *questão social*, reinscrevem-se no universo alienado da cotidianidade. Sob esse ângulo analítico, não haveria possibilidade de um projeto profissional contra-hegemônico (Iamamoto, 2010, p. 280).

Para a autora, o efeito da atividade profissional no processo das relações sociais está na sua funcionalidade social. A profissão se apresenta enquanto um campo de lutas, pois a prática profissional é polarizada pela política e tensionada por projetos de classes para a sociedade, o que é instância decisiva para assegurar a hegemonia que busca a ruptura com o conservadorismo e alargar as bases sociais que legitimam junto às classes subalternas. O segundo texto do autor mostra novas competências sociopolíticas e teórico-instrumentais que incidem nas formas de operar a ação profissional e asseguram a apropriação dos espaços ocupacionais. Desta forma, parece que a discrepância entre os dois textos é própria da dimensão contraditória das relações sociais, pois a centralidade assumida pelas respostas profissionais de caráter teórico-prático mostra um estatuto profissional aberto a novas possibilidades o que contrasta com o circuito fechado da tese do sincretismo (Iamamoto, 2010).

Considerações finais



A crítica feita por Iamamoto (2010), está centrada na lacuna da tese do sincretismo sobre a dimensão política da profissão. A autora parece partir de uma compreensão que conflui a tese sobre a categoria profissional enquanto sujeito coletivo, que exerce a função política de intelectual orgânico. Gramsci (1999, p. 126) define que a "[...] tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reformação moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática [...]". Essa função de intelectual orgânico é indispensável para a manutenção de uma hegemonia ou construção de uma nova hegemonia, mas essa organicidade pode se vincular, tanto as classes subalternas, quanto a burguesia, de forma que as crises do capitalismo influenciam diretamente a disputa por hegemonia dentro da própria categoria profissional.

Netto (2011), considerou as políticas sociais como um terreno de luta de classes, levando a compreensão de que o Estado também está em constante disputa por hegemonia. A afirmação da disputa se defronta com a afirmação do aprisionamento no “anel de ferro”, pois não está se falando sobre um estado permanente, mas sim de relações sociais contraditórias. Embora o autor não tenha desenvolvido de forma mais detalhada a dimensão política em sua análise, este também não afirma que o sincretismo não pode ser remido na categoria profissional, a afirmação é sobre a impossibilidade com uma ruptura definitiva. Isso significa que mesmo com a consolidação de uma nova hegemonia, ainda existirá disputa por hegemonia na categoria profissional e na sociedade como um todo.

Em meio a essa discussão é importante identificar em quais momentos este sincretismo avança ou retrocede. No segundo texto de Netto (1996), já tem boas indicações sobre esse processo, mas para compreender a atualidade do sincretismo estima-se que é de grande contribuição recorrer a análise sobre a contemporaneidade feita por Mota e Tavares (2016). Para as autoras, essa contemporaneidade a partir de 1970, é marcada pela restrição do horizonte de expansão do capitalismo, a partir de sua crise de acumulação e expansão marcada pela hipertrofia do capital financeiro. Diante desta crise são ampliados e diversificados os meios de exploração do trabalho e em paralelo há uma barbarização da vida social. Esse conjunto faz parte de uma ofensiva restauradora, que ocorre por meio de iniciativas de uma unidade orgânica entre mecanismos econômicos e os de domínio político-ideológico, considerando que a restauração capitalista tem muito mais mediações que a redefinição de modelos produtivos e reguladores.

Adotando uma perspectiva de análise do Serviço Social em meio às relações sociais, supõe-se que é em meio a esta ofensiva restauradora e com o desvelamento da funcionalidade social da profissão, que é possível entender a atualidade do sincretismo e o forte retorno do conservadorismo no interior da profissão, perceptível no ecletismo teórico e no pragmatismo. Movimento próprio de uma realidade contraditória, onde ocorre disputas



por hegemonia e especificamente no Serviço Social brasileiro, também infortúnios de uma ruptura que ainda está em curso.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere Vol. 1**. Trad. Carlos. N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, pp. 87-132, 1996.